

## A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor

Thayenne Roberta Nascimento Paiva \*

**Resumo:** Tendo como objetivo analisar um possível retrocesso, presente na atualidade, em relação às ideias de disseminação do conhecimento, lema aclamado pela República das Letras francesa, especialmente século XVIII, mobilizamos dois filósofos para pensarmos o caso, em termos de postura do autor frente sua produção discursiva. Para tanto, valemo-nos de algumas ideias do filósofo Michel Foucault desenvolvidas especialmente em seu ensaio "O que é um autor?". Por outro lado, discorreremos sobre as concepções do filósofo Denis Diderot sobre esta mesma função, respeitando as devidas diferenças de tempo e espaço e apresentando outra perspectiva sobre o que foi a sua interpretação acerca da postura do autor, na época da República das Letras francesa. Ademais, iremos discorrer sobre possíveis aniquilamentos e a não-apropriação em torno do verdadeiro ideal da República das Letras, na atualidade, a partir da intensificação e do cerceamento de antigas posturas da função de autor, especialmente, na Era Digital<sup>1</sup>.

**Palavras-chave:** função-autor; Michel Foucault; Denis Diderot, República das Letras francesa; Era Digital.

### Introdução: Panorama geral da República das Letras francesa, no século XVIII

Os iluministas costumavam designar como um grande e portentoso império a comunidade de escritores, designada como República das Letras<sup>2</sup>, cujo lema era a fé

---

\* Graduanda em História pelo Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ).

<sup>1</sup> O presente artigo contempla algumas ideias preliminares a serem desenvolvidas na monografia de conclusão de curso de graduação em História.

<sup>2</sup> A nomenclatura pode ser variada: *Respublica litterarum* ou República das Letras ou Comunidade do Saber ou *Common wealth of Learning*. Esta terminologia se notabilizou popular entre os historiadores nos últimos 30 anos. In.: BURKE, Peter. A República das Letras, 1500-2000. Estudos Avançados, 25 (72), 2011.

Epígrafe, São Paulo, Edição Dois, pp. 91-107, 2015

que detinham no poder cognitivo e no plano das ideias. Embasado na não desigualdade, a participação nesta comunidade era livre, desde que seus membros soubessem ler e escrever. No entanto, a República das Letras era parcialmente democrática, sendo, na prática, dominada pelos escritores ricos e bem-nascidos. O restante desses que não podiam somente sobreviver dos seus próprios escritos, tinham que contar com o apoio de mecenas para, dessa forma, lograrem ao tão sonhado acesso aos Salões e Academias. Contudo, vale destacar que, por vezes, o patrocínio vinha seguido da humilhação causada aos escritores pelos patrocinadores, que inclusive alimentava a rixa entre escritores, como o famoso desentendimento entre Voltaire e Rousseau, por exemplo.

Quanto ao termo, República das Letras, foi cunhado no século XV, perdurando desde a época de Erasmo de Roterdã, em 1500, até o final do século XVIII. Empréstada a ideia de Benedict Anderson (2008), a República das Letras foi uma comunidade imaginada, que tentou se pautar pelo ideal de igualdade social, inclusive no trato entre os próprios estudiosos. A noção de república se concretizava quando da adoção de atitudes uniformizantes como escrever cartas em latim (transpondo as barreiras vernáculas europeias), as doações de publicações e informações, a interação entre estudiosos de diversas localidades, etc. Ademais, a unidade se matinha por meio do periódico *"Nouvelles de la République des Lettres"*, editado por Pierre Bayle, noticiando ao mundo erudito eventos multímodos, tais como resenhas de novos livros, informes sobre falecimento de intelectuais, eventos etc.

Ao arrebatarmos a noção de cosmopolitismo intrínseco ao caráter da República das Letras, notamos sua expansão, a partir do século XVIII, para além das fronteiras da França, em particular, avançando para Batávia (atual Jacarta), Calcutá (atual Kolkata) e nas Américas, notadamente na Cidade do México, Lima, Boston, Filadélfia e Rio de Janeiro (aqui, o marco fundador com a Academia Científica em 1775) (BURKE, 2011). Entretanto, opostamente a ideia de comunidade imaginada, continuou elitista, excludente, somente podendo aceitar como equânime o intercâmbio entre estudiosos. A comunidade não pode ser vista como um grupo hermético, pois dialogava com outras esferas da sociedade de Antigo Regime, fosse de maneira acrítica, quando da obtenção

Epígrafe, São Paulo, Edição Dois, pp. 91-107, 2015

**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor** de vantagens por estar junto à Corte, fosse com críticas em riste ao sistema de privilégios e contra a rivalidade entre as nações.

Em relação à duração da *Republic of Letters*, diversos foram os términos propostos, ora por volta de 1750, com a Enciclopédia; ora, findada em 1789; ou, ainda, em 1800. Seu fim se deveu a dois motivos: ao nacionalismo e a especialização literária. As Guerras Napoleônicas atuaram negativamente sobre a cultura, rompendo as comunicações, mesmo quando tal atitude declarada não deveria incidir sobre esse campo. Isso se fez quando intelectuais deixaram de visitar seus semelhantes devido às guerras. Isso desestabilizou, portanto, a harmonia da Comunidade das Letras, não somente pela guerra, mas também pela transmutação do cosmopolitismo em nacionalismo. Outro ponto que explica o fim da República das Letras, se optarmos pelo término por volta do ano de 1800, diz respeito a uma forte tendência de especialização intelectual, fragmentando-a em províncias ou comunidades distintas de especialização. Essa acentuação foi cada vez maior no século XIX, com as divisões entre as disciplinas e a institucionalização crescente das mesmas, separadas por departamentos, formando "tribos acadêmicas".

### **Denis Diderot: o direito natural do autor enquanto monopólio real**

Como apontado por Robert Darnton (2010), ainda no século XVIII, existia a circulação de livros manuscritos muito mais baratos do que os livros impressos (embora a produção tivesse que ser inferior a cem exemplares). Com a inserção da lógica industrial no ramo dos livros, e, por parte do impressor, ao investir em máquinas e matérias-primas, a posição do autor foi mobilizada como condição especial para a expansão do comércio de livros, permitindo, desta forma, que o setor editorial acumulasse capital com este novo tipo de produto: o livro.

Embora o que vigorasse fosse a reprodução de obras em domínio público, a necessidade de novas obras no mercado editorial conduziu a exigência de mecanismos de proteção econômica por parte dos livreiros, feitos a partir do pedido de privilégios exclusivos sobre os manuscritos comprados de seu autor. Contudo, paulatinamente sendo as obras vistas como um bem comum, os monopólios sobre as obras eram

condenados, já que a postura que procurava se instaurar era a liberdade de conhecimento para o público e a aquisição de livros a preços justos. Pelo menos, assim deveria.

O que vemos, todavia, a partir do século XVII, a fim de combater as falsificações estrangeiras era a adoção pela monarquia real francesa da expansão da aplicação dos privilégios e a redução do âmbito do domínio público. Assim sendo, os privilégios mudaram sua categoria de exceção para se tornar o mecanismo ativo no campo da reprodução e venda de livros. Todavia, destaca-se que o mecanismo de privilégios, também denominado permissões tácitas, se estendia a um público limitado de livreiros: os editores parisienses. Com isso, o monopólio editorial ganhou contornos mais precisos a partir do século XVIII, sobretudo incidindo sobre a postura do autor frente à sua produção literária.

Na França, até a eclosão da Revolução Francesa, os *librairies* parisienses possuíam privilégios reais. Em 1777, a Coroa francesa reconheceu os direitos do autor, concedendo, paralelamente aos privilégios dos livreiros, os *privilèges d'auteur* (privilégios de autor). Posteriormente à Revolução, as concessões reais para os livreiros franceses foram ab-rogadas em 1791, mesmo com as calorosas reivindicações promovidas pelos livreiros franceses (em especial, as dos livreiros parisienses) acerca desta postura, alegando que, por meio da concessão que conquistavam, estavam defendendo, igualmente, os direitos naturais de autor, não sendo postura do Estado cercear este direito. A título de esclarecimento, os direitos naturais de autor eram aqueles estabelecidos sobre o processo criativo deste, que o direciona e administra da maneira que melhor se adequava aos seus interesses artísticos e intelectuais.

Dentro desta visão de defesa do direito natural de autor contribuiu o filósofo iluminista Denis Diderot, em seu memorial intitulado "*Carta sobre o comércio do livro*", aproximando, comparativamente, a propriedade literária às demais propriedades imobiliárias. No memorial, defendeu que os direitos do autor deveriam ser estendidos aos seus substitutos, por terem obtido legalmente os manuscritos das obras por meio

**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor**

da compra, tornando os compradores, no caso os livreiros<sup>3</sup>, detentores dos manuscritos, tanto quanto os autores. Desta forma, Diderot aproximou a ideia de propriedade literária à de propriedade imobiliária. O que o argumento dos livreiros defendia, então, era que o autor, enquanto criador absoluto de sua propriedade discursiva, fosse ela literária ou científica, poderia delegá-la a quem desejasse, sob a forma de contrato e por tempo indeterminado. Com isso, o que observamos é a passagem gradual e de validação enquanto monopólio de fato, do monopólio real para o monopólio sobre o direito natural do autor, passando este a ser visto como um monopólio real.

Com este pano de fundo, saltam aos olhos as personagens envolvidas na problemática entre a função e postura do autor e a liberdade de conhecimento. Em nome de *Le Breton*, o principal editor da Enciclopédia, o pedido da Comunidade de Livreiros parisiense estava representado em torno da encomenda de um memorial a Denis Diderot. A imprecisão incidia sobre a preocupação dos livreiros acerca da possível perda dos privilégios editoriais em torno da exclusividade e perpetuidade do direito de publicação das obras, cuja posse dos manuscritos era obtida pela compra junto aos autores. Essa necessidade emergiu depois da decisão do Conselho Real, em 1761, de direcionar o direito de edição das “Fábulas”, de *La Fontaine* às suas descendentes, e não aos livreiros que tinham conquistado, anteriormente, o direito de publicação.

No interior desta atmosfera, o filósofo, escritor e um dos criadores da Enciclopédia, Denis Diderot, ao redigir este memorial emprestou-lhe, ao longo de sua elaboração, diferentes títulos, tendo sido escrito durante o outono de 1763. Foi passado a limpo em 1764, ganhando, primeiro, o título “Carta sobre o comércio do livro”, sendo modificado, posteriormente, para “*Carta histórica e política endereçada a um magistrado sobre o comércio do livro, sua condição antiga e presente, seus regimentos, seus privilégios,*

---

<sup>3</sup> A título de destaque, como na França da Época Moderna a profissão de livreiro não correspondia somente a de vendedor de livros, sendo, igualmente, a representação de livreiro-impressor, o termo “*libraire*” (livreiro) mobilizado por Diderot, designava um conjunto de funções que esta palavra suscitava, devido a ausência clara de separação entre as funções de editor, impressor e livreiro.

*as permissões tácitas, os censores, os vendedores ambulantes, a travessia das pontes do Sena e outros temas relativos à política literária*". No título expõe, sumariamente, os pontos sobre os quais desejava se debruçar e seu endereçamento a um magistrado, mais especificamente ao magistrado *Antoine Gabriel de Sartine*, então ocupante dos cargos de Superintendente da Polícia da cidade de Paris (cargo assumido em 1759) e da Direção de Ofício dos Livreiros (admitido em 1763).

O intuito do memorial encomendado pelos livreiros parisienses era demonstrar a necessidade de perpetuidade dos direitos sobre os manuscritos pelos mesmos. Embora Diderot fosse um anticorporativista, cuja postura na Enciclopédia invocava isso, permitiu-se proceder de modo contrário, neste memorial, a fim de proteger o mundo dos livros contra os falsificadores nacionais e, principalmente, os estrangeiros. No entanto, como na época em que Diderot elaborou este memorial os direitos de autor não eram muito claros na França, Diderot preferiu delegar aos livreiros o poder sobre as obras discursivas produzidas defendendo, deste modo, a Comunidade de Livreiros de Paris.

O privilégio do livreiro sobre o manuscrito comprado provém da concessão real existente desde o século XV, como forma de reprimir as falsificações em torno das obras escritas. Com a concessão, o livreiro pode fabricar e vender, de maneira exclusiva, uma determinada obra. A duração sobre essa posse depende da concessão permitida pelo rei. Com isso, desde o século XVI, os grandes livreiros de Paris começaram a monopolizar os privilégios em torno da posse sobre o manuscrito de uma obra, de tal modo que solicitavam a perpetuidade de seu direito, excluindo qualquer pretensão e vontade dos criadores originais das obras, no caso os autores.

Contudo, o poder real, no intuito de limitar a vontade ambiciosa dos livreiros de controlar o mercado editorial, delegou a Comunidade dos Livreiros de Paris a vigilância (poder de polícia) sobre os livreiros. Desta forma, ganhava privilégio o livreiro que fosse membro da Corporação de Livreiros (prática do Estado funcionando como uma política de domesticação da Companhia de Livreiros), o que, em contrapartida não impedia que os grandes livreiros de Paris enriquecessem. Essa política enfraquecia os pequenos livreiros da província, forçando-os à prática da contravenção para sobreviver. Tanto que, Epígrafe, São Paulo, Edição Dois, pp. 91-107, 2015

**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor** quando da renovação ou prorrogação de um privilégio a um livreiro parisiense, fortes objeções emergiam por parte dos livreiros que não possuíam privilégios e dos membros do Parlamento de Paris, que eram contrários a prática do monopólio. Novamente, o que testemunhamos é a defesa acirrada de interesses diversos entre os “nichos” de livreiros e a desvalorização dos interesses do autor frente sua produção discursiva.

Diderot afirma, em seu memorial, que privilégio e título de propriedade nada possuem em comum. Privilégio é uma concessão concedida pelo soberano para a conservação de um bem. Embora os livreiros sabiam o que privilégio concedido é temporário, eles confundiam privilégio com bem hereditário, alegando que o fato de um manuscrito ser um bem deve ser possuído de maneira perpétua, já que é passado, em caráter de "hereditariedade" ao livreiro por meio da compra. No entanto, se Diderot explicita esta distinção, o faz para assinalar que a concessão de privilégio pelo poder real é indevida, uma vez que essa concessão somente funciona como uma prática de conservação de um bem. Portanto, estender o privilégio de um livreiro é um erro, pois é incorrer para uma esfera de propriedade sobre um bem alheio.

Diderot, para elaborar a *“Carta sobre o comércio do livro”*, baseou-se no escrito de um advogado no Parlamento de Paris, *Louis de Hericourt*. Para esse advogado, o privilégio concedido pelo rei a um livreiro tornava-o apenas o comprador de um manuscrito, permitindo que o autor continuasse com poder sobre a sua obra. Esta, se transformava em uma propriedade do autor e que podia ser vendida pelo mesmo, excluindo, desta forma, o poder real sobre a obra literária. Observou, ainda, a ilegitimidade no que diz respeito à transmissão de privilégios, ou seja, o rei não pode transmitir para outrem o privilégio sobre uma obra estando o autor ou um de seus herdeiros vivos, devendo o consentimento ser dado pela pessoa que estiver viva e a quem pertencer a obra.

O livreiro, para o filósofo iluminista, possui a obra assim como a mesma era anteriormente possuída pelo autor. Para Diderot, um livro é igual a qualquer outra propriedade. Com efeito, defende a causa dos comerciantes contra os descendentes do autor. Esse raciocínio é resguardado tanto pelos livreiros parisienses como pelos londrinos, desde o início do século XVIII. Conquanto Diderot se aproxime da proposta

Epígrafe, São Paulo, Edição Dois, pp. 91-107, 2015

semelhante que existe hoje sobre propriedade intelectual, acaba por ofertar uma proposta inversa: o autor não pode alienar sua obra para sempre. Desse modo, entrou em contradição com o que foi exigido pelos livreiros, quando da encomenda do memorial. São aspectos como esse, e outros não apontados aqui por não dialogarem com o que foi proposto, que o seu memorial foi reescrito pelos colaboradores de Le Breton, sob o apoio dos livreiros de Paris.

Portanto, de acordo com o que foi exposto até o presente momento, dois são os aspectos que podemos salientar em relação às ideias de Denis Diderot. O primeiro salienta que a sua defesa acerca da propriedade intelectual de maneira perpétua era um mecanismo para favorecer, possivelmente, autores autônomos no mercado literário, ausentes de patrocinadores, dando-lhes condições de negociar em pé de igualdade com os editores. O segundo é que, ao se fixar apenas em um único modelo de direito verdadeiro, o direito natural do autor, enfatizando a noção de pessoa como fonte de direito (no caso, o autor), encara o livro como um mero produto de consumo, limitando a expressão do autor aos casos de venda dos manuscritos de suas obras. Com isso, o que podemos mostrar, deste modo, é que Diderot, na verdade, estava muito mais preocupado com a posteridade da fama do autor pela obra ao longo do tempo, ao defender tal ideia, em benefício dos livreiros.

Com a iminência da Revolução Francesa, a tentativa de equilíbrio entre os interesses do autor, dos livreiros e do público desaparece. Os privilégios foram abolidos e substituídos por duas leis, uma de 1791 e outra de 1793, que procuraram promover o equilíbrio entre os interesses particular e público e entre a propriedade privada das obras e a liberdade de reprodução delas. Também limitaram a duração dos direitos de exclusividade de representação e reprodução, respectivamente, em cinco e dez anos após a morte do autor. Após esse prazo, a obra passava para o domínio público.

Da Revolução Francesa até a primeira metade do século XX houve um fortalecimento da propriedade literária e artística, tanto a nível nacional como



**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor** internacional. Na França, isso se traduziu em termos de dimensão personalista<sup>4</sup> sobre a obra, configurando uma nova espécie de direito sobre a mesma: o direito moral. Com essa nova forma de direito sobre a obra, a mesma não é mais considerada um bem livremente transferível, mas sim, uma extensão da personalidade de seu criador. Permite-se, assim, que o autor decida, de maneira independente, a forma como possa ser concebida a divulgação de seu trabalho. Enquanto direito perpétuo, o direito moral deve ser exercido de acordo com as vontades do autor, mesmo após o seu óbito. Com o direito moral, o sistema francês instalou o autor no centro de importância em relação ao processo de criação e de fomentação do *copyright*.

**Possíveis diálogos entre o memorial de Denis Diderot e o ensaio "O que é um autor?", de Michel Foucault.**

Em sua conferência pronunciada em 1969 e intitulada "*O que é um autor?*", o filósofo Michel Foucault discorreu que, no transcorrer da história, nem sempre houve a necessidade de identificar o autor de uma obra. Para tanto, partiu de suas reflexões sobre o que denominou de "função-autor", concebida por ele como o ponto fundamental que nos permite observar a existência, a circulação e o funcionamento dos discursos no interior da sociedade.

Para Foucault, o princípio ético fundamental da escrita contemporânea é o desaparecimento da importância daquele que fala em um discurso, no caso, o autor. Ao desenvolver uma crítica radical à ideia de autor, Foucault subverteu o desenvolvimento, no tempo, da autenticidade autoral. Assim, Foucault quer permitir que o discurso possuísse suas formas próprias, captando quais os espaços, lacunas e funções livres deixados pelo autor.

O discurso, segundo Michel Foucault, não era na sua origem um produto, um bem; sendo, portanto, um ato, bipolarizado em sagrado e profano, lícito e ilícito. O mesmo,

---

<sup>4</sup>A dimensão personalista sobre a obra pode ser melhor compreendida pela leitura de PFISTER, Laurent. *Mort et transfiguration du droit d'auteur? Éclairages historiques sur les mutations du droit d'auteur à l'heure numérique*. Bulletin des Bibliothèques de France, septembre 2006, reedité dans Les cahiers de la justice, 2012.

antes de ganhar propriedades e limites, era um ato carregado de riscos. Quando do surgimento dos direitos autorais, no final do século XVIII e início do XIX, o ato de escrever sofreu uma transgressão com imperativos, por exemplo, sobre a literatura. Ademais, a função de autor não foi exercida de maneira uniforme sobre todos os discursos. Antes, na Idade Média, os textos, por vezes, circulavam sem que um autor fosse reconhecido, cujo valor do anonimato garantia a disseminação e a circulação dos textos.

Em Foucault, podemos dizer que a emergência da função de autor constitui o momento forte de individualização na história das ideias, presente seja na literatura, na história, na filosofia ou nas ciências, enfim. Com a definição de um autor para uma obra temos, e o que de certa forma contribui para a autenticidade do discurso, um conjunto de realizações sobre a mesma: a unicidade entre sujeito e obra; unidade estilística; coerência conceitual e originalidade.

Ainda para o filósofo, a emergência da figura de autor se deu na medida em que se tornou possível a punição de um discurso por meio de seu autor. Antes, o discurso era visto como um ato, passando a ser, na modernidade, sinônimo de produto, coisa ou bem. Em nossos dias, o papel do autor é preponderante nas obras literárias, ao contrário das obras científicas, cujo texto já é o produto em si do trabalho de uma pesquisa em equipe, proveniente da verificação, validação e exposição dos métodos e resultados conquistados.

Para pensar a questão do autor, Foucault tomou emprestado a afirmação de *Beckett*, que diz o seguinte: "Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala". É aqui, partindo dessa afirmativa que o filósofo quer entender como a escrita contemporânea se libertou da ideia de expressão, permitindo que a escrita também se identifique com a sua própria manifestação exteriorizada. Ou seja, não é mais o sujeito que se fixa sobre a linguagem, e sim, o seu desaparecimento que permite a abertura de novos espaços. O suporte foucaultiano serve-nos para pensar um aspecto diametralmente oposto, que reside sobre a postura do autor frente à produção e os meios de circulação de sua produção discursiva pelos meandros, facilidades e posturas paralelas (por vezes, obscuras) que deslocam o autor do gerenciamento de sua

Epígrafe, São Paulo, Edição Dois, pp. 91-107, 2015

**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor** produção, renegando a postura importante do mesmo na disseminação do conhecimento.

Partindo da concepção de que o nome do autor não pode ser encarado simplesmente como um elemento no discurso pois, o nome do autor direciona um dono, um autor para aquilo que foi escrito, confere um estatuto particular por aquele que o escreveu e o nomeia. A tentativa foucaultiana de promover o desaparecimento do autor passa por um objetivo estratégico, partindo da ideia de que a figura do autor deve ser apagada em proveito das formas próprias dos discursos, possibilitando a visualização das lacunas e funções livres descobertas por este desaparecimento. Ademais, contra a categoria de autor enquanto sujeito que funda e é responsável por uma obra, Foucault defende o direito ao anonimato, no que tange à escrita. Dessa forma, Foucault quer romper barreiras perversas como o domínio do cenário intelectual pela mídia, sobre um reconhecimento maior sobre aquele que fala ao invés do que é falado. Desse modo, Foucault demonstrou o quanto existe de aversão ao anonimato dentro da produção cultural contemporânea, dotando o anonimato de significações como fracasso e reclusão. Ademais, realçou como as pessoas podem se relacionar com o conhecimento e de quem ele é oriundo ou direcionado.

Todavia, pensar em termos de produção discursiva implica pensá-la pela ótica do autor. Se a função-autor, ideia emprestada de Foucault, existe graças aos modos de existência nos discursos circulantes em uma sociedade, significa que aquele que delimita, recorta e caracteriza os textos tem poder de voz e maior atuação do que aqueles que permitem que sua produção circule (no caso, as editoras). Ou seja, o discurso ganha identidade na figura do autor. Ademais, Em Foucault, a delimitação judicial sobre os direitos de autor, em que as editoras se baseiam para garantir o retorno de lucro, permite uma compensação do status pelo autor, antes recebido. Contudo, não podemos afirmar tal ponto sobre a Era Digital. O enrijecimento dos direitos de autor, mais do que recompensá-lo, torna-o apenas ponte de comunicação com os lucros das editoras. Soma-se a esse cenário artifícios jurídicos que tenderam a aumentara duração dos direitos de autor, evidenciando o desvio da função original da produção intelectual, que é o de estimular a criação intelectual e a produção cognitiva.

Destarte, a partir do panorama apresentado acerca de alguns pontos explanados por Foucault em seu ensaio, bem como as defesas e críticas elencadas por Diderot, em seu memorial, nos possibilita pensar a evolução e a afirmação da realização da disseminação cognitiva pela postura autoral, recuperada na República das Letras francesa, no século XVIII. Ao determinar, em grau de importância o foco para os discursos, ao invés daquele que o concebe, Foucault se distancia largamente de Diderot pois, para aquele as ideias emergidas no discurso deveriam ser livremente compreendidas pelos mais diferentes leitores, distanciando-se das limitações impostas pela figura do autor. Igualmente, podemos perceber que ao dar voz aos discursos, possibilita que as ideias continuem no âmbito da esfera pública, de conhecimento de todos e que se expandam, tanto pelo alargamento do acesso aos discursos. Já em Diderot, a centralidade de suas ideias residia na preocupação sobre os ganhos, imediatos ou em longo prazo, tornando a obra propriedade, bem material que promoveria o autor, além de eternizá-lo. Sua atenção era voltada para os autores, valorizando a postura daquele que escreve sobre o que é escrito, na condução da produção do conhecimento.

Devemos salientar, com o devido cuidado e atenção que, embora o comportamento da liberdade de imprensa na época de Diderot não é a mesmo presente na contemporaneidade, em Foucault, ambos, cada um em sua época, centraram sua atenção na postura e implicações do papel do autor e a organização de direitos ao redor dessa mesma personagem.

### **A não-apropriação da República das Letras francesa pela Era Digital: retrocedendo o ideal de disseminação do conhecimento**

Um aspecto importante da questão da autoria no mundo contemporâneo é a sua conversão em produto para o mercado. As transformações desencadeadas pelo advento da tecnologia digital e das redes de informação incidem sobre os direitos de autor, desencadeando um conflito entre o interesse individual do autor, em preservar a sua produção, e o interesse coletivo pelo acesso ao conhecimento, à informação e à

**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor** cultura e o interesse dos mercados editoriais que haja um retorno dos lucros com as produções discursivas elaboradas.

Dessa forma, no âmbito da tecnologia digital e da Internet, vemos um deslocamento da natureza do direito moral de autor para o campo da identificação, isto é, o que podemos notar é que por meio da função de autor existe um controle sobre o fluxo de informações que lhe dizem respeito, permitindo ao autor manter controle sobre as suas próprias informações, englobando, assim, o direito moral do autor. Com isso, o direito moral do autor deixa de ser visto como uma simples proteção sobre a figura do sujeito-autor e passa a ser visto como um mecanismo de interesse social no reconhecimento da identidade do criador de um discurso, não favorecendo, em termos de conhecimento, mas si, em termos de um nome forte para venda e comercialização de um produto. Podemos afirmar a crescente banalização do conhecimento em termos de mercado, corroborada pela ideia recorrente (e, de certa forma, falaciosa) de que o acesso às produções pelo quantitativo disponível aos leitores e pelo acesso a novas formas de materialidade do livro não configuram apropriação da República das Letras.

Destarte, o que percebemos é a manobra jurídica, anteriormente comentada, de mobilização e enrijecimento dos direitos de autor, reduzindo o conhecimento que este produz em mercadoria distancia, cada vez mais, a esfera pública da liberdade de expressão e de acesso ao conhecimento, obstaculizando o processo criativo e a circulação das obras:

É por essa razão que o direito de autor, hoje, mascara o fato de funcionar como uma poderosa ferramenta da indústria do entretenimento e da informação e não do sujeito-autor, que se vê na condição de ter que abrir mão de seus direitos em prol dessa indústria, para que possa auferir lucro com a comercialização da sua obra. (CARBONI, 2002, p. 21).

Embora possamos afirmar que a internet ampliou consideravelmente o acesso à informação, permitindo o surgimento do formato digital para livros, documentos, artigos, enfim, paralelamente, o direito do autor igualmente se expandiu, ampliando-se o número de obras protegidas pelos interesses da indústria de bens intelectuais e pelas legislações internas dos países. Isso acarretou a banalização da obra pela sua proteção

exacerbada, concentrando importante vigilância sobre o conteúdo das obras. Com os direitos autorais, o mercado editorial protege seus investimentos, restringindo a voz do criador do discurso.

Isso intercorre porque a obra, por meio digital, acaba sendo passível de cópia e de distribuição ilegais na internet, violando os direitos autorais. Dessa forma, a lei dos direitos autorais deve ser revista e ampliada, no que concerne a Era digital. Enquanto não existe pensamento para estes termos, a fim de sanar falhas existentes na legislação, tanto autores, editoras e empresas editoriais procuraram criar formas de proteção contra o uso ilegal das obras, garantindo sua autenticidade e segurança. Um desses mecanismos de segurança refere-se a licenças, como, por exemplo, a *Copyright*, *Digital Right Management (DRM)* e *Creative Commons*. Na tentativa de socializar os direitos do autor, algumas dessas licenças criadas permitem que o público tenha acesso às obras que não se encontram em domínio público, por meio do pagamento de uma taxa para ter acesso à mesma, sem precisar, com isso, pedir a autorização do autor ou de seus sucessores. Todavia, a licença somente é concedida pelo cadastramento e validação dos dados do usuário, o que por vezes ainda restringe o acesso facilitado.

### Considerações finais

A partir das ideias e análises expostas, nosso trabalho procurou debater as diferentes concepções sobre a postura do autor frente à produção e à circulação de suas obras, tanto na época da República das Letras francesa, do século XVIII, quanto na atualidade, pela chamada Era Digital. Para tanto, e partindo de uma perspectiva histórica, resgatamos nos filósofos Denis Diderot e Michel Foucault as balizas necessárias e circunscritas à tarefa de expor, ainda que inicialmente, a não-apropriação da República das Letras francesa pela Era Digital, projetada em termos da postura do autor em relação a produção do saber. Dentre os principais entraves para tal é a disputa, em termos de ganho sobre o processo criativo do autor, tanto observada na República das Letras quanto na Era Digital, gerando entraves que obstaculizam a ascensão de alguns intelectuais ao universo das Letras, o próprio enrijecimento da

**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor**  
postura do autor frente sua produção intelectual, corroborando para a perda de divulgação do conhecimento.

Nestes termos, estamos diante de entraves sobre a liberdade e o acesso ao conhecimento, de um lado, ou mesmo, de outro lado, afirmar a realização do ideal da República das Letras é enganoso em ambos os casos, ofuscados pela exacerbação dos direitos morais em prol de uma proteção econômica sobre as obras. Com isso, cresce um espaço cada vez maior para a "mercantilização" das criações intelectuais. Assim sendo, Laurent Pfister (2012) nos propõe uma importante questão: o acirramento dos direitos autorais transformou o autor em vítima, em um duelo entre os que procuram ter acesso aos mais diversos canais de conhecimento (no caso, os leitores) e as empresas editoriais? Estas aceitam socializar o direito do autor, mas não sem antes fazer os consumidores arcarem financeiramente com aquilo que desejam para se instruir. Uma questão em aberto, que suscita discussões.

#### Referências bibliográficas:

ALVES, M. A.; PONTES, L. O direito do autor como um direito de propriedade. Um estudo histórico da origem do *copyright* e do *droit d'auteur*. **Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI**, São Paulo, novembro de 2009. Disponível em: [www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao\\_paulo/2535.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2535.pdf). Acesso em: 27 de dez. de 2014

ANTONIO, I. Autoria e cultura na pós-modernidade. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. 1998. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/irati](http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/irati). Acesso em: 27 de dez. de 2014.

BURKE, P. A República das Letras, 1500-2000. **Estudos Avançados**, 25 (72), 2011. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000200021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200021). Acesso em: 22 de dez. de 2014.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia** – de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURMAN, C.; DRABENSTOTT, K. Revisão analítica da biblioteca do futuro. Disponível em: [revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/401](http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/401). Acesso em: 30 de dez. de 2014.

CARBONI, G. C. "Os desafios do direito autoral em tempos de internet". **Revista Consultor Jurídico**, 20 jul. 2002. Disponível em:

[www.conjur.com.br/2002jul20/desafios\\_direito\\_autoral\\_tempos\\_internet](http://www.conjur.com.br/2002jul20/desafios_direito_autoral_tempos_internet). Acesso em 3 de jan. de 2015.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução Cristina Antunes. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo, Ed. UNESP, 1988.

DASTON, Lorraine. The ideal and reality of the Republic of Letters in the Enlightenment. **Science in context** 4, 2 (1991), pp. 367-386. Disponível em: [journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1453576](http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1453576). Acesso em: 4 de ago. de 2014.

DARNTON, R. **A questão dos livros**: presente, passado e futuro. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDEROT, D. **Dos autores e críticos**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Unesp/Hucitec 1992.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.

FUJIWARA, M. Diderot et le droit d'auteur avant la lettre - autour de la Lettre sur le commerce de la librairie. *Revue d'histoire littéraire de la France*. **Presses Universitaires de France**. 2005/1 (vol. 105), p. 79-94. Disponível em: [www.cairn.info/revue-d-histoire-litteraire-de-la-france-2005-1-p-79.htm](http://www.cairn.info/revue-d-histoire-litteraire-de-la-france-2005-1-p-79.htm). Acesso em 6 de fev. de 2015.

GOODMAN, D. **The Republic of Letters**. A cultural history of the French Enlightenment. Cornell University Press, 1994.

GRUZINSKI, S. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, v.17 n.49, set/dez 2003. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020). Acesso em: 14 de set. de 2014.

HEIN, L. L. C. **Millennium**. O imaginário social da Era Atômica (1945-1953). 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

LÓPEZ, H. *Tiempo líquido* - la crisis del libro y la lectura. **Investigación Bibliotecológica**. v.14, nº 28. Enero/junio, 2000. Disponível em: [www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3930](http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3930). Acesso em 10 de dez. de 2014.

PFISTER, L. Mort et transfiguration du droit d'auteur? Éclairages historiques sur les mutations du droit d'auteur à l'heure du numérique. **Bulletin des Bibliothèques de France**, septembre 2006, réédité dans *Les cahiers de la justice*, 2012. Disponível em: [bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001](http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001). Acesso em: 4 de mar. de 2015.



**A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor**  
RODRIGUES, M.; SILVEIRA, M. A questão dos livros e os direitos de autor - uma leitura de Robert Darnton a partir de uma perspectiva jurídica. Revista **Acadêmica Milton Campos**. Nova Lima, V. 1 N. 2 P. 1 - 124 JUL/DEZ. 2010. Disponível em: [www.academia.edu/6146029/A\\_quest%C3%A3o\\_dos\\_livros\\_e\\_o\\_direito\\_de\\_autor.\\_Uma\\_leitura\\_de\\_Robert\\_Darnton\\_a\\_partir\\_de\\_uma\\_perspectiva\\_jur%C3%ADdica](http://www.academia.edu/6146029/A_quest%C3%A3o_dos_livros_e_o_direito_de_autor._Uma_leitura_de_Robert_Darnton_a_partir_de_uma_perspectiva_jur%C3%ADdica). Acesso em: 16 de set. de 2014.